

ANTONIO BUNCHAFT

ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO EM SALVADOR NO PERÍODO 1968-
1995: O CASO DO "MIOLO" NORTE DA CIDADE

SALVADOR, 1995

ANTONIO BUNCHAFT

**"ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO DE SALVADOR NO PERÍODO
1968- 1995 : O CASO DO "MIOLO" NORTE DA CIDADE"**

MONOGRAFIA APRESENTADA COMO REQUISITO PARA FORMAÇÃO NO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFBA

PROFESSOR ORIENTADOR: FERNANDO CARDOSO PEDRÃO

SALVADOR, 1995



AGRADECIMENTOS

- Ao Prof. Fernando Cardoso Pedrão, professor e amigo, principal responsável pelo que aprendi no curso de Ciências Econômicas e fora deste.

- Ao Dr. Francesco Notarbatolo de Villarosa, pelo auxílio, na disponibilidade de material, pelas oportunidades profissionais e confiança depositadas

- A Rogério Santana Silva, amigo e colega inseparável de percursos acadêmicos e profissionais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA URBANIZAÇÃO NAS CIDADES DA AMÉRICA LATINA	10
2.1	TRAÇOS GERAIS	10
2.2	METROPOLES NACIONAIS E METROPOLES REGIONAIS	15
2.3	AS RECENTES MUDANÇAS NOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL	17
3	AS MODIFICAÇÕES A PARTIR DA REFORMA URBANA DE 1968	23
3.1	ANTECEDENTES	23
3.2	OS PRIMEIROS IMPULSOS DA URBANIZAÇÃO DE SALVADOR NO SÉCULO XX	24
3.3	O FIM DOS ANOS 60 E A INFLEXÃO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO	26
3.4	A PROPRIEDADE DA TERRA, AS POLÍTICAS HABITACIONAIS E A REPRODUÇÃO DAS INVASÕES	31

4	O MIOLO NORTE E SUA CONFIGURAÇÃO URBANA	42
4.1	ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	42
4.2	ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA	43
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01: Evolução da distribuição populacional, por tamanho e localidade de residência no Brasil entre 1940-80-----	17
Tabela 02: Taxa Geométrica de crescimento anual, Regiões Metropolitanas, Brasil, 1970-1991-----	18
Tabela 03: Proporção da população residente nos estados, segundo as RMS, em 1970, 80, 90-----	20
Tabela 04: Rendimento das pessoas com mais de 10 anos, segundo a faixa de renda - RMS, 1990-----	29
Tabela 05: Participação percentual da população ocupada por setor de atividade na RMS entre 1981-1990-----	30
Tabela 06: Invasões mais recentes - localização, área, propriedade e número de famílias assentadas - 1988-----	37
Tabela 07: Populações e taxas de crescimento do Miolo norte e de Salvador nas décadas de 1970, 80, 91-----	44
Tabela 08: Tipos de assentamento e localização topográfica-----	45
Tabela 09: Tipos de assentamento e distribuição demográfica-----	46

Tabela 10: Distribuição da população do Miolo norte por bairros e áreas (urbana e rural-urbana)-----	48
Tabela 11: Local de moradia e população assentada-----	51
Tabela 12: Ocorrências ou ameaças de acidentes por bairros do Miolo norte-----	52
Tabela 13: Distribuição da rede escolar pública e/ou conveniada e particular, segundo os bairros do Miolo norte-----	53
Tabela 14: Distribuição da rede de saúde pública segundo os bairros do Miolo norte-----	55
Tabela 15: Tipo de assentamento X Percentual da renda informal na renda total da família-----	57
Tabela 16: Tipo de assentamento X Local de trabalho do chefe-de-família-----	59

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia é o produto de uma experiência profissional do autor num projeto de cooperação técnica internacional italo-brasileiro, entre a Associação Italiana para a Solidariedade entre os Povos (AISPO), e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB), representada pelo Distrito Sanitário de Pau da Lima (DSPL), entre os anos de 1989 a 1993.

Em linhas gerais o projeto tinha como objetivo representar o apoio do Governo Italiano ao processo da reforma da saúde, implantado a partir da Constituição de 1988, cujos princípios de territorialização, descentralização, equidade e democratização do serviço de saúde público, se concretizavam com a implantação dos Distritos Sanitários; estratégia, recomendada pela Organização Mundial de Saúde, de aplicar Sistemas Locais de Saúde (SILOS).

A escolha do DSPL se deu na medida em que a região correspondia a uma série de requisitos, extremamente importantes, no que se refere a projetos de cooperação técnica:

- a) Características sociais da população, de cunho urbano-marginal;
- b) A situação sócio-epidemiológica (caracterizada pelas chamadas "doenças da pobreza");
- c) A presença de diversos órgãos prestadores de serviços (seja públicos, não-governamentais ou comunitários) sem coordenação e integração nas suas ações;
- d) A carência de sistemas de infraestrutura;
- e) A potencialidade da participação da comunidade.

Através da AISPO e do DSPL foram desenvolvidas uma série de pesquisas e projetos no sentido de, respectivamente, conhecer a região e promover intervenções em conjunto com a comunidade local, as suas representações políticas e as instâncias governamentais.

A área abrangida pelo projeto, o DSPL, é situada entre a BR-324 e a Av. Paralela, na parte norte do que se convencionou denominar o "*Miolo*" de Salvador", conta com uma área de 23.86 Km², onde se distribuem onze bairros: Pau da Lima, Sete de Abril, Castelo Branco, Vila Canária, Dom Avelar, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Nova Brasília, Canabrava, São Marcos e Jaguaripe II, com uma população total estimada em 148.605 pessoas.

A primeira fase do Projeto de cooperação técnica se constituiu num diagnóstico sócio-económico da região do DSPL, que se reproduziu, numa segunda fase, em sub-projetos específicos, dentre os quais, o estudo da urbanização e informalidade na região do DSPL, efetuando pesquisas de campo em 1 loteamento, e em uma invasão recente e outra consolidada

Pretendeu-se, através, da análise do processo de urbanização da cidade, explicar a configuração urbano-marginal da região, e compreender de que modo esta, é fruto de um determinado impulso de urbanização, que corresponde a uma experiência específica na história da cidade (**PEDRÃO**).

Por outro lado, um outro aspecto da análise foi o de desvendar a região através do conhecimento de como se distribuíam os equipamentos de infraestrutura no território, e como se apresentavam as dinâmicas de marginalização e exclusão de estratos sociais no que tange aos aspectos de acesso ao sistema de produção e reprodução da área.

A coordenação da área sócio-econômica do Projeto AISPO/DSPL ficou a cargo do Dr. Francesco Notarbatolo di Villarosa, sendo que o Prof. Fernando Cardoso Pedrão atuou como consultor do projeto.

Para o presente trabalho, apresenta-se como marco inicial de análise o ano de 1968 (reforma urbana da cidade), a partir do qual desenvolveram-se um conjunto de fatores que explicam a formação do Miolo e seu povoamento, marcado, hoje em dia, como o principal concentrador da população de baixa renda de Salvador.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DA URBANIZAÇÃO NAS CIDADES DA AMÉRICA LATINA

2.1 TRAÇOS GERAIS

O processo de urbanização das cidades na América Latina, tem se caracterizado como parte de um contexto de desequilíbrios regionais e de exôdo para grandes cidades. De fato, é impossível compreender problemas como o da superpopulação das cidades e marginalização de grandes camadas de sua população sem entender que estes fatos são parte de um processo intimamente vinculado ao meio rural. Neste sentido, é de fundamental importância para a interpretação destes fenômenos analisá-los sob a perspectiva regional.

Problemas como o da perversa estrutura fundiária (concentração dos grandes latifúndios em poucas mãos), técnicação do campo e decadência econômica de cidades de pequeno porte da América Latina, aprofundam um processo de marginalização que se inicia no campo e tem seu ponto culminante nas áreas urbanas.

Fatores como: os meios de telecomunicações que incentivam imagens de progresso e bem-estar da cidade, a diminuição das distâncias entre a cidade e o campo, e a perspectiva de ter empregos e remunerações melhores na cidade, contribuem significativamente para estimular o exôdo para as grandes cidades.

Com a grande depressão e depois do pós guerra, o Estado passou a ser mais intervencionista conduzindo uma linha de industrialização que pretendia lograr a independência econômica, através da política de substituições de importações. No bojo deste processo, o crescimento urbano vai se impulsionando com maior velocidade, como condição necessária para o desenvolvimento do capital industrial

que necessita em sua organização espacial, aglomerações seja de mão-de-obra como de consumidores de bens finais. Contudo, tratou-se de um **crecimento** urbano e não de um **desenvolvimento**, se levarmos em conta as implicações de mudança social que o último termo deve incorporar.

Uma medida comum para medir o nível de urbanização é o percentual da população que mora em centros de mais de 20.000 habitantes: na América Latina, em 1960, era de 32%. Entre 1940 e 1960 o número de habitantes nestes centros aumentou 170%, enquanto nos países desenvolvidos variou entre 24% e 76% (NECOCHEA, 1975).

O aumento significativo destas populações, correspondeu a um aumento da pobreza crítica nas cidades da América Latina, pois o sistema econômico não conseguiu absorver estas camadas, de baixa qualificação técnica, para o nível do emprego. Em consequência, criaram-se cinturões de miséria que convivem com setores médios e altos da sociedade, refletindo-se numa estratificação social do espaço urbano com diferentes níveis de distribuição do equipamento urbano no território e sérios problemas de déficit na distribuição de serviços de infraestrutura, que nem sempre conseguem se manter em funcionamento sem subsídios, devido, entre outras causas, aos altos custos de operação de um sistema cada vez maior e mais complexo.

O problema do desemprego e a proliferação da informalidade tornou-se característica marcante das cidades urbano-marginais da América Latina, sendo que esta informalidade se verifica seja no âmbito da produção bem como na reprodução.

Neste contexto, insere-se o processo de invasões em terras urbanas, que transformaram-se em centros de recepção dos emigrantes oriundos do campo e das cidades menores em decadência. Esta expansão populacional, que em um primeiro

momento ainda conseguia ser acompanhada pela dotação de infraestrutura por parte do Estado, posteriormente resultou na ruptura total desta relação.

O processo de especulação imobiliária tem uma relação íntima com este contexto. Ao elevar o valor dos terrenos urbanos, reduziu as possibilidades de inúmeros projetos de moradia popular (que passaram a se concentrar na classe média baixa, capaz de pagar prestações), além disso, contribuiu para o aumento extraordinário dos aluguéis (cuja a possibilidade de não pagá-lo tornou-se um dos motivos preponderantes para invadir). Este fato acentuou o processo de marginalização, ao provocar a expulsão de grandes camadas da população para as áreas periféricas da cidade procurando terrenos baldios e baratos ou passíveis de ocupação sem represálias. Estas periferias, passaram a ter deficiências crônicas de infraestrutura, além de constituírem-se em ambientes segregados da cidade propriamente dita.

Os setores de maior poder aquisitivo, desenvolveram uma política isolacionista com relação aos mais marginalizados, eliminando os canais de comunicação, e contribuindo para que parte da elite estimulasse uma imagem das camadas de baixa renda de delinquência, ignorância etc. Esta situação recebe uma decisiva contribuição pelo fato de que nas cidades latinoamericanas, de um modo geral, é possível deslocar-se da residência para o trabalho sem necessariamente ter que travar nenhum contato com estas áreas marginais.

É necessário ressaltar também que o Estado passou a priorizar a distribuição dos serviços a estes setores de maior poder aquisitivo, que além de deter um poder reivindicatório maior, tem condições de remunerar o custo do fornecimento do serviço, tornando as respectivas áreas residenciais as de maior gasto privado e público.

Embora seja impossível não ressaltar o caráter de classe do Estado, existe a necessidade de manter-se um "jogo de interesses" com estes setores marginalizados

da população. De fato, a explosão numérica dessas massas configura-se em um poder que modifica a cultura política local e, necessariamente, as pautas políticas, a procura de pontos de consenso.

Neste sentido, questões como o do planejamento urbano e dos planos diretores vem a tona, embora encontrem sérios obstáculos nas limitações das administrações municipais. Alguns dos principais fatores são:

a) a **dependência financeira**, característica constante da maior parte das administrações locais, devido a receitas tributárias exíguas (seja porque a grande parcela da população é composta pela baixa renda, não tendo condições de pagar impostos, seja porque é notória por parte das empresas a sonegação fiscal), além de sistemas de informação defasados. Somado a este fato, em matéria de relações intergovernamentais prevalece a oposição entre governo central contra local, o que muitas vezes dificulta, entre outras consequências, uma política de crédito;

b) a **falta de um planejamento urbano ou a distorção deste** é outra característica preponderante. De fato, obseva-se uma priorização do lado arquitetônico deste planejamento em detrimento à incorporação de questões vinculadas a estruturação social da cidade (nível de renda, propriedade, preço da terra etc). Aliado a isso, percebe-se a não incorporação deste (planejamento) a rotina política-administrativa do município e as clássicas rupturas de continuidade entre as diferentes gestões municipais;

c) a **inexistência de uma perspectiva regional** mesmo sendo mais uma atribuição dos órgãos centrais, pelo menos a nível de políticas mais macro, deveria estimular iniciativas por parte das administrações destes centros urbanos. É notório de que grande parte destes problemas são oriundos da decadência de municípios do meio rural, muitas vezes próximos aos centros urbanos. É necessário, para tanto, uma maior articulação entre a cidade urbana e os municípios rurais circunvizinhos. A

nível dos órgãos centrais, é necessário criar políticas que tenham como objetivo focalizar a capacidade dos centros urbanos locais e intermediários para reterem maior proporção do fluxo migratório. Logo, implica-se em formular políticas de desenvolvimento industrial e outras atividades econômicas, criando incentivos para a interiorização;

d) **a falta de pessoal qualificado e os processos de gerenciamento administrativo completamente obsoletos**, acentuam a ineficácia da gestão municipal. Em realidade, esta questão está diretamente ligada às baixas remunerações recebidas pelo funcionalismo que os desestimula, inclusive, a incorporar novos processos de gestão administrativa. Novidades como a Qualidade Total, tem nas prefeituras da América Latina, limites impostos pelas remunerações dos seus funcionários;

e) **a disfunção entre os serviços de educação e saúde e as necessidades das massas marginalizadas** é um problema de fundamental importância, principalmente no que tange ao setor educativo. Percebe-se que grande parte das famílias marginais estão por demais absorvidas pelos problemas de alimentação e moradia, para preocuparem-se com a educação. Além disso, diversos obstáculos contribuem para o afastamento entre o setor formal de educação e a população de baixa renda: 1) a incompatibilidade entre o nível de vida familiar e a escolaridade extensiva (frequência x necessidade de trabalhar etc), 2) a construção das escolas, como dos outros serviços, vai quase sempre a réboque do crescimento dos grupos de baixa renda instalados na periferia urbana gerando superlotação das salas de aula; 3) o conteúdo acadêmico é voltado para chegar-se na universidade, sem qualquer vinculação com o ambiente e as prováveis oportunidades de trabalho, entre outros.

2.2 METROPÓLES NACIONAIS E METROPÓLES REGIONAIS

A diferenciação entre metrópoles regionais e nacionais é particularmente importante para o nosso trabalho, no sentido de contextualizar a nossa referência de análise, que é a cidade de Salvador. Pretende-se apenas traçar os aspectos principais do dois conceitos, sem penetrar no seu conteúdo.

Tomando como base a análise feita por *SANTOS* (1965), o autor caracteriza as metrópoles nacionais como completas e as metrópoles regionais como incompletas. Seguindo esta perspectiva, *SANTOS* (1965) considera como metrópoles nacionais aquelas "capazes de atender a todas as formas de necessidade da população urbana e nacional ou regional. Esta seria, realmente, a metrópole completa.", e as metrópoles regionais aquelas em que determinados problemas econômicos e/ou sociais "não permitem que se fabriquem bens ou se instalem certos serviços, reclamados por uma parcela da população, parcela que está em crescimento. A ausência de indústrias é uma dessas carencias." (*SANTOS, 1965*).

A partir deste contexto *SANTOS* identifica alguns critérios fundamentais para diferenciar metrópoles nacionais e regionais: a) político; b) demográfico; c) histórico; d) portuario e e) força industrial.

Embora assinala de que o critério fundamental é aquele político, pois uma série de atividades econômicas desenvolvem-se por seu intermédio, este, por si só, não é capaz de explicar o fato de uma metrópole ser nacional ou regional. *SANTOS* (1965) exemplifica bem a questão quando analisa o caso das capitais dos países da América Central, onde se concentra todo o aparato político-administrativo, mas que "não se mostram capazes de fornecer todos os serviços que a população nacional pode exigir. Diríamos que não são capitais nacionais, mas metrópoles regionais" (*SANTOS, 1965*). Logo, o critério político não deve ser analisado isoladamente, bem como

todos os outros critérios devem ser analisados em seu conjunto. É o caso do potencial industrial, o complexo petroquímico de Camaçari, por exemplo, embora tenha uma estratégica importância econômica para a cidade de Camaçari, e para todo o estado da Bahia, não determinou que esta cidade se tornasse uma metrópole nacional, nem mesmo, regional.

Cidades, por exemplo, como a Cidade do México, no México, e São Paulo e Rio de Janeiro, no Brasil, estariam situadas na faixa das metrópoles nacionais. Ao contrário, cidades como Monterrey e Guadalajara no México, Recife, Fortaleza e Salvador, no Brasil, poderiam ser qualificadas de metrópoles regionais.

2.3 - AS RECENTES MUDANÇAS NOS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO

NO BRASIL

Entre as décadas de 1940 e 1980 a característica fundamental no que se refere a urbanização no Brasil, foi o impressionante aumento do contingente populacional nas grandes cidades (vide tabela 01); resultado, em termos gerais, de uma política de industrialização, promovida pelo estado, via substituição das importações, combinado a um contudente exodo rural dirigido, principalmente, a região Sudeste (principalmente nas décadas de 60 e 70).

Tabela 01: Evolução da distribuição populacional, por tamanho de localidade de residência, Brasil, 1940 a 1980 (Absoluto e Relativo)

VALORES ABSOLUTOS					
TAMANHO E LOCALIDADE	1940	1950	1960	1970	1980
<i>500 Mil e +</i>	<i>3169727</i>	<i>5765536</i>	<i>11354771</i>	<i>24316212</i>	<i>37445852</i>
<i>100 a 500 mil</i>	<i>1687777</i>	<i>2233496</i>	<i>3784924</i>	<i>5683099</i>	<i>13090298</i>
<i>50 a 100 mil</i>	<i>883306</i>	<i>1289544</i>	<i>1892462</i>	<i>3260795</i>	<i>5474124</i>
<i>20 a 50 mil</i>	<i>905636</i>	<i>1662137</i>	<i>3154103</i>	<i>5030941</i>	<i>7735176</i>
<i>Rural</i>	<i>34578843</i>	<i>40982054</i>	<i>49904920</i>	<i>54874518</i>	<i>55217256</i>
Total	411652289	51941767	70091180	93165565	119002706
VALORES RELATIVOS					
<i>500 Mil e +</i>	<i>7.7</i>	<i>11.1</i>	<i>16.2</i>	<i>26.1</i>	<i>31.5</i>
<i>100 e 500 mil</i>	<i>4.1</i>	<i>4.3</i>	<i>5.4</i>	<i>6.1</i>	<i>11.0</i>
<i>50 a 100 mil</i>	<i>2.0</i>	<i>2.5</i>	<i>2.7</i>	<i>3.5</i>	<i>4.6</i>
<i>20 a 50 mil</i>	<i>2.2</i>	<i>3.2</i>	<i>4.5</i>	<i>5.4</i>	<i>6.5</i>
<i>Rural</i>	<i>84.0</i>	<i>78.9</i>	<i>71.2</i>	<i>58.9</i>	<i>46.4</i>
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos

As recentes modificações da concentração populacional a partir de 1980, segundo os dados fornecidos pelo Censo 90, ensejam numa diminuição no ritmo de crescimento anual em todas as regiões metropolitanas do país. De fato, este claro processo de redução das taxas de crescimento nas principais regiões metropolitanas, é uma inversão da tendência existente até a última década.

Segundo MARTINE "desde 1950, essa categoria vinha aumentando significativamente a sua participação na população total do país, entre 1980-91, porém, esta trajetória ascendente ficou claramente atenuada (...) trata-se de um fenômeno que podemos denominar de **desmetropolização**" (MARTINE, 1993, p. 24).

A taxa de crescimento entre a década de 80-90 foi de 1,88% a.a., índice bem menor do que o verificado nas décadas anteriores, como podemos observar na Tabela 02:

Tabela 02: Taxa geométrica de crescimento anual, Regiões Metropolitanas, Brasil, 1970-91

REGIÕES METROPOLITANAS - Total	1970-80			1980-91		
	Total	Núcleo	Periféria	Total	Núcleo	Periféria
<i>Bélem</i>	4.30	3.95	11.33	2.67	2.67	2.67
<i>Fortaleza</i>	4.30	4.30	4.30	1.45	2.73	6.35
<i>Recife</i>	2.74	1.24	4.61	1.81	0.66	2.89
<i>Salvador</i>	4.41	4.08	6.53	3.10	2.90	4.20
<i>Belo Horizonte</i>	4.64	3.73	6.95	2.60	1.28	4.97
<i>Rio de Janeiro</i>	2.44	1.82	3.38	0.82	0.43	1.34
<i>São Paulo</i>	4.46	3.67	6.34	1.73	1.00	3.08
<i>Curitiba</i>	5.78	5.34	6.95	2.91	2.11	4.65
<i>Porto Alegre</i>	3.80	2.43	5.35	2.55	1.05	3.83
Total R.M.	3.79			1.88		

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, Resultados Preliminares, Censo Demográfico 1991

Algumas observações devem ser feitas:

i) a diminuição do ritmo de crescimento das RMS poderia ser atribuída a queda na fecundidade, porém, esta redução foi superior ao declínio da fecundidade. Ou seja, a queda da fecundidade pode explicar, apenas, parte deste processo (MARTINE, 1993).

ii) O crescimento nas RMS está vinculado principalmente a região da periferia, como argumenta MARTINE: "A desmetropolização foi acompanhada por uma periferização do crescimento metropolitano muito importante (...) Ou seja, não somente as maiores metrópoles estão sofrendo um arrefecimento significativo de seu ritmo de crescimento, mas o aumento verificado nelas está ocorrendo em regiões cada vez mais distante de seus respectivos centros." (MARTINE, 1993, p.26)

O fenômeno da "desmetropolização" tem sido verificado já algum tempo nos países mais desenvolvidos. Neste caso, este fenômeno parece estar associado a fatores que vão desde a descentralização da localização de atividades econômicas até a vontade por parte da população em sair das grandes cidades em busca de uma vida mais saudável. No caso brasileiro, seria incerto afirmar que este processo de "desmetropolização" se deva a fatores como o desejo da população de buscar melhores condições de vida fora da cidade, isto porque, a possibilidade de efetivar estas mudanças depende muito das condições sócio-econômicas existentes na sociedade, que no caso do Brasil, são extremamente desfavoráveis.

Por outro lado, como argumenta MARTINE, o problema da diminuição do ritmo de migrações campo-cidade, pode ter contribuído para a diminuição da população urbana. Aliás, claramente, já algum tempo percebe-se que as migrações campo-cidade perderam a força que tinham nos anos 70, na medida em que, entre outros fatores, o emprego não consegue absorver os mesmos contingentes de mão-de-obra como na década de 1970.

Além disso, percebe-se que parte significativa dos imigrantes, oriundos do Norte e Nordeste, tem preferido ficar nas capitais nordestinas, de seu estados, ou dos estados da região, na medida em que "numa conjuntura de crise, parece haver uma preferência por tentar resolver a questão da sobrevivência no lugar mais conhecido, na comunidade onde existem redes de amigos e parentes já estabelecidos. No mínimo o trajeto migratório tende a ter um raio menor, tanto pelas dificuldades e custos de locomoção, como pela predileção por localidades e regiões mais próximas ou conhecidas. As taxas de crescimento relativamente elevadas das cidades nordestinas, por exemplo, teriam raízes neste relativo imobilismo" (MARTINE, 1992, P.27)

De fato, uma das questões polêmicas sobre os setores marginalizados nos centros urbanos da América Latina é a cerca da sua origem. É um fato de que o exôdo rural

contribui significativamente para a superpopulação marginalizada nas cidades, porém, é necessário compreender qual é a real proporção destes setores.

Diversos estudos vem indicando que a maior parte do contingente marginalizado dos centros urbanos são nativos da própria cidade e/ou são emigrantes que vivem na cidade em diferentes períodos ¹.

O processo de "desmetropolização", no Brasil, ainda embrionario, parece ser fruto, assim, de dois fatores básicos, as modificações surgidas nos padrões de migração e na fecundidade da população (*MARTINE*).

No caso da Região Metropolitana de Salvador (*RMS*), esta ainda apresenta um crescimento superior a 3 % a.a, logo, acima da média nacional, embora o percentual da população estadual residente na RMS seja inferior as demais regiões metropolitanas (com exceção de Curitiba), vide tabela 03:

Tabela 03: Proporção da população residente nos estados, segundo as RMs

REGIÕES	1970	1980	1990
<i>Belém</i>	30,3	29,4	26,2
<i>Fortaleza</i>	23,8	29,9	36,1
<i>Recife</i>	34,7	38,2	40,2
<i>Salvador</i>	15,3	18,7	20,9
<i>Belo Horizonte</i>	14,0	19,0	22,0
<i>Rio de Janeiro</i>	78,7	79,8	76,3
<i>São Paulo</i>	45,8	50,3	48,7
<i>Curitiba</i>	11,8	18,9	17,1
<i>Porto Alegre</i>	23,0	29,0	25,0

Fonte: Anuário Estatístico, 1992 e Resultados Preliminares do Censo Demográfico de 1991 - Cálculos: CEI

O poder de atração da RMS nunca foi muito elevado, o proprio Estado da Bahia sempre se destacou como possuidora das menores taxa de imigração e emigração,

¹ Esta questão tem uma série de implicações na medida em que acentua a importância de se analisar os processos de expulsão existentes ao interno da própria cidade, e de modo subsequente, questões como a especulação imobiliária e estrutura fundiária urbana

com relação aos outros estados do Nordeste. Diversas questões contribuíram para que a RMS não tivesse taxas de imigração elevadas, talvez a principal destas, seja a relação entre o tipo de ramos em que a economia da região se especializou e a oferta de mão-de-obra.

Como argumenta *FRANCO*, "A RMS tem este dinamismo assentado na indústria de bens intermediários, e dentro deste, nos segmentos mais intensivos de capital, poupadores de mão-de-obra e localmente pouco sujeitos ao desdobramento em cadeias produtivas, não suscita, portanto, o poder de atração exercido por outros polos baseados na produção de bens finais, a exemplo de Fortaleza e Recife." (*FRANCO, 1993, p.82*)

Concomitantemente, verifica-se que, entre as décadas de 40 e 90, se processa um aumento da participação dos centros intermediários na população do estado. De fato, em 1940, a população de Salvador era 2,21 vezes maior que as dez maiores cidades do estado, diminuindo para 1,66 vezes, em 1970, e 1,49 vezes para 1991.

Estas questões indicam que embora na Bahia, o processo de diminuição das taxas demográficas também se faz presente - a população estadual cresceu a uma taxa de 2,35 % a.a entre 70/80, enquanto que entre 80/91 cresceu a uma taxa de 2,04% a.a - esta diminuição é menor do que se verifica no restante do país. Como foi salientado anteriormente, a RMS embora sem atrair fluxos migratórios de vulto, cresceu a uma taxa superior a 3% a.a, o que pode corresponder seja ao crescimento vegetativo, seja ao fato de que Salvador ainda tenha um fluxo de imigrações significativo.

Além disso, constata-se que, embora a taxa de crescimento da população urbana baiana tenha passado de 4,21% a.a para 3,78% a.a, as taxas de urbanização no estado são crescentes (de 49,3% em 1980 para 59,1% em 1991). A contra-partida destas crescentes taxas de urbanização, é indicada pelo decréscimo das taxas da população rural. Segundo a tendência destes indicadores, a Bahia, na

decada de 90 terá, pela primeira vez um crescimento negativo da sua população rural, que se no período entre 70/80 cresceu a uma taxa de 0,84% a.a, entre 80/91, o crescimento correspondeu a uma taxa de 0,10% a.a .

3 AS MODIFICAÇÕES URBANAS A PARTIR DE 1968

3.1 ANTECEDENTES

Adota-se como perspectiva de análise da interpretação da urbanização de Salvador, de que esta se desenrola através de impulsos, que correspondem a uma determinada etapa econômica da cidade, que são descontínuos ao longo do tempo porém cumulativos (*PEDRÃO*).

Segundo *PEDRÃO* a "idéia de que a urbanização se realiza por impulsos significa por extensão que os grandes sistemas de infraestrutura -transportes, água, saneamento, eletricidade-tem possibilidades descontínuas de expansão (...) Essa perspectiva de análise oferece dois elementos de juízo fundamentais: os impulsos urbanos podem ser datados e sua espacialidade pode ser registrada"(*PEDRÃO, 1990, p.27*).

Neste sentido, referencia-se, para analisar o *Miolo* da cidade, o ano de 1968, quando se implanta a reforma urbana da cidade e, se desencadeiam outros fatores, analisados posteriormente, que respondem pela atual configuração urbana da região.

Para se compreender quais eram os antecedentes do quadro urbano de Salvador no final dos anos 60, é necessário analisar os principais impulsos de urbanização na cidade, desde o início do século até a década de 1950, marcada pelo começo da ação do Estado em fomentar políticas na base econômica da Bahia

3.2 - OS PRIMEIROS IMPULSOS DE URBANIZAÇÃO EM SALVADOR NO SÉCULO XX

A partir da segunda metade do século passado, registra-se um primeiro impulso de urbanização partindo do Centro Histórico e dirigindo-se para a Cidade Baixa com a formação de novos bairros como o da Calçada, Itapagipe, entre outros, e constituindo periferias como os bairros de Plataforma e Periperí; regiões assentadas numa sucessão de aterros. Este primeiro impulso é motivado pela implantação do transporte ferroviário e por um surto industrial, baseado na produção têxtil, que acaba por perecer, na medida em que não consegue atrair excedentes de outros setores da economia, nem se desenvolver através de uma dinâmica própria.

No período entre 1920 e 1950, registra-se um descenso das atividades industriais, com a cultura do café se constituindo na principal atividade geradora de renda e não direcionando seu excedente para o setor industrial; nesta fase pouco se desenvolve a economia do estado ² e a urbanização da cidade permanece praticamente inalterada. De fato, entre 1920 e 1940, a população da cidade permanece praticamente sem alterações, passando de 283.422 para 294.442 habitantes. O quadro urbano refletia o aspecto social, caracterizado por uma reduzida minoria de ricos e a esmagadora maioria de pobres, quase não existindo sinais da presença da classe média

Porém, embora a década de 40 seja marcada pela estagnação econômica (centrada no modelo agro-exportador), já na segunda metade desta começam a surgir ocupações clandestinas. Em 1946, registra-se a primeira invasão de grande porte, na região da Massaranduba, que viria a se constituir na primeira fase dos Alagados. Naquele mesmo ano, ocorreu a invasão do Corta-Braço, que depois de uma longa luta entre invasores, proprietários e prefeitura, acabou por ser consolidada, com a

² Esta estagnação, porém, não abrange o sul do estado, onde a produção cacaueteira estava em franca expansão

concessão dos títulos de posse aos moradores, transformando-se, hoje, no bairro de Pero Vaz, na Liberdade.

A partir da segunda metade da década de 50, num contexto de uma política econômica nacional de substituição de importações, inicia-se um processo de industrialização, desta vez, sustentado em bases concretas, - o censo econômico da Bahia de 1959, demonstra alterações significativas, com a indústria superando em cerca de 30% a produção de cacau.

A descoberta do petróleo em Lobato (bairro localizado a noroeste da cidade), e a consequente implantação da Refinaria Landulfo Alves, com a exploração e refino do petróleo sendo realizada no próprio estado, (o que acabou gerando uma série de outras atividades econômicas principalmente no que se refere a implantação de infraestrutura de serviços urbanos) marca o início de uma ação mais interventora por parte do Estado no fomento de políticas econômicas.

O quadro urbano da cidade é alterado, delineando-se um outro impulso de expansão urbana que é concomitante com o processo de estagnação de diversas cidades do interior do estado, como resultado da crise do modelo agro-exportador (fumo, açúcar etc).

Esta industrialização gera uma série de consequências, como a ampliação do número de empregos e consequente aumento da demanda de consumo, e ampliação do setor terciário (aumenta o número de empresas de serviços etc).

O aumento do tamanho espacial da cidade, com o surgimento de novos bairros na região da orla, é realizado, concomitantemente ao surgimento de novas invasões, seja no novo vetor de expansão (orla) seja na ocupação das encostas e baixadas ao longo do vale do rio Camurujipe, fruto, da reprodução da pobreza da própria cidade, e da

intensificação dos fluxos migratórios ³ . A problemática sobre a definição de uma política habitacional, começa a tornar-se um assunto da pauta política da cidade.

3.3 - O FIM DOS ANOS 60 E A INFLEXÃO NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

O processo iniciado na década de 50, se acentua na década posterior. No fim dos anos 60, se intensifica a ação do Estado através de um conjunto de medidas, das quais, a reforma urbana da cidade, acaba por se constituir num dos mais importantes fatores dinamizadores da expansão da cidade; podemos toma-la como um ponto de inflexão de mudanças profundas no quadro urbano.

A reforma passou a ser efetivada em 1968, a partir de uma lei sancionada pelo então prefeito Antonio Carlos Magalhães, que redundou na alienação de terras públicas para o início das obras de expansão da cidade (24 milhões de metros quadrados).

Uma das consequências desta reforma é a ampliação extraordinária do leque de possibilidades de novas ocupações; é neste contexto que se constroem importantes arterias de expansão da cidade, principalmente no que se refere as avenidas de vale ⁴, com especial destaque para a Bonoco e Paralela, além da ampliação do número de empregos na construção civil.

O resultado é que a prefeitura de Salvador, uma das capitais que possuía maior estoque de terras públicas do país, e que detinha, até 1968, 75% das terras do município, perdeu um importante instrumento de planejamento urbano

³ *A influência de Salvador com relação as demais regiões do estado começa e se tornar mais contundente*

⁴ *O desenvolvimento da cidade baseado nas avenidas de vale, foi uma das sugestões do Escritório de Planejamento Urbano da Cidade de Salvador (EPUCS), na década de 40, o primeiro e pioneiro centro de planejamento da cidade*

Este processo é acompanhado de outros acontecimentos importantes, como o deslocamento de toda a maquina administrativa, com a implantação do Centro Administrativo da Bahia (C.A.B), e a construção de inúmeros conjuntos habitacionais destinados, principalmente, ao funcionalismo público ⁵.

O reordenamento do comércio, através da construção do shopping Iguatemi, e a construção da nova Rodoviária, acentua o impulso de urbanização no miolo de Salvador, constituindo-se no novo vetor de expansão urbana da cidade.

Além disso, o Estado implanta o Centro Industrial de Aratú (CIA) (antes da reforma, em 1966), que irá influenciar a ocupação ao longo da Av. Suburbana e da Br-324, e principalmente instala o Pólo Petroquímico de Camaçari, em 1977, que altera bastante a economia baiana, dando nova dimensão a industria do estado, que se especializa na petroquímica e produção de bens intermediarios, influenciando na consolidação de uma classe media na cidade.

A consequencia de todo este processo na ocupação do solo em Salvador, é a configuração de um novo padrão de expansão da cidade.

Até 1970, a população de baixa renda concentrava-se em áreas aonde existiam equipamentos urbanos ⁶ e terras públicas disponíveis e onde a proximidade do local de trabalho era fator decisivo para a localização da moradia.

O processo de alienação das terras públicas implicou, por um lado, na especulação dos terrenos e no processo de "engorda" a espera da implantação de infraestrutura por parte dos órgãos governamentais, e por outro lado, na expulsão de parte consideravel da população de baixa renda (vítimas da valorização das regiões em que moravam). Como consequência, o miolo da cidade passa a ser a principal região

⁵ O bairro de Castelo Branco foi construído, antes, em 1968, mas já como parte da estratégia de ocupação do miolo (trata-se do primeiro bairro totalmente planejado de Salvador). Os conjuntos do bairro de Pau da Lima, foram construídos com o intuito de abrigar, em parte, o funcionalismo público

⁶ Principalmente no que se refere ao sistema de transporte, consumo etc

depositária destes extratos sociais ⁷, porém, num processo de interiorização, e não as margens das principais avenidas ⁸, destinadas para a especulação imobiliária.

Porém a expulsão da população de baixa renda para o "miolo" não é acompanhada pela dotação no sistema de infraestrutura, nem por postos de trabalho capazes de absorver este contingente.

Essa mudança representa um ponto de ruptura na relação a) moradia-trabalho-consumo e b) moradia-infraestrutura, onde o único critério que orienta a ocupação é o da oferta de terras passíveis de ocupação (fundamentalmente aquelas públicas), intensifica-se a partir deste contexto a difusão das chamadas "invasões".

O critério de terras disponíveis para a ocupação clandestina, passa a ser cada vez mais importante com as restrições representadas pela desenfreada especulação imobiliária da cidade e pelo custo do aluguel.

Se por um lado, a concentração da população de baixa renda se realiza em regiões insalubres, desvalorizadas e distantes dos postos de trabalho e consumo, por outro, a reforma urbana impulsiona a ocupação de novas áreas para extratos sociais com alto nível de renda e mesmo de nível intermediário (classe média), capazes de arcar com o custo dos sistemas de infraestrutura ⁹. É neste contexto, que surgem, os bairros do Itaipara, Caminho das Árvores e mais adiante, na região da Paralela, o Imbuí e novos outros condomínios residenciais.

⁷ Os eixos de penetração da Av. Suburbana e Br-324 também ocorrem, porém sem a dimensão que representa o miolo à cidade

⁸ O caso da invasão "Malvinas" localizada a margem da Av. Paralela constitui-se uma das raras exceções, e aop mesmo tempo, reforça a análise, se levarmos em conta o esforço que foi realizado para a sua remoção, seja do governo estadual e municipal, bem como de empresas de construção civil de grande porte. Evidentemente, não existiria esta mobilização se a área ocupada não fosse estratégica para os interesses privados.

⁹ A distribuição dos serviços de infraestrutura no território da cidade acompanha os assentamentos povoados pela população de maior poder aquisitivo. A EMBASA, por exemplo, iniciou os serviços de implantação das redes coletoras de esgoto nas áreas da cidade ocupadas pela população que tinha a possibilidade de pagar pelo uso do serviço. Embora, tenha garantido o retorno financeiro do investimento, deixou completamente dessassistida a população de baixa renda, atendendo a a penas 10% da necessidade da cidade.

No início da década de 80, Salvador chega ao cenário nacional como o segundo maior mercado imobiliário do país. Concomitantemente, é na mesma década que se materializa a crise do Estado, em seus aspectos globais, e aprofunda-se a perda da capacidade dos governos estaduais e municipais em absorver custos de infraestrutura básica.

O agravamento das condições sócio-econômicas durante a década de 80, resultou num quadro da repartição de renda, em 1990, onde cerca de 50% da população, com mais de 10 anos, que auferem rendimentos, *recebia não mais do que dois salários mínimos mensais*, como pode ser observado na tabela 04.

Tabela 04: Rendimento das pessoas com mais de 10 anos segundo a faixa de renda - RMS, 1990

<i>Faixa de renda mensal (s.m.)</i>	<i>Percentual da população</i>
<i>até 1/2</i>	<i>9,29%</i>
<i>> de 1/2 a 1</i>	<i>19,14%</i>
<i>> de 1 a 2</i>	<i>20,84%</i>
<i>> de 2 a 5</i>	<i>24,45%</i>
<i>> de 5 a 10</i>	<i>13,05%</i>
<i>> de 10 a 20</i>	<i>6,92%</i>
<i>> de 20</i>	<i>4,83%</i>
<i>sem decl</i>	<i>1,47%</i>
Total	100%

Fonte: IBGE, PNAD

Se, no que se refere a estrutura ocupacional, observá-se que a indústria instalada no Estado, concentrada principalmente na RMS, foi o principal setor dinamizador da economia baiana, por outro lado, a partir dos anos 80, a capacidade de absorção de emprego do setor secundário (que concentrava-se, no caso baiano, principalmente, a indústria de transformação: pólo petroquímico) começa a declinar, fruto seja da crise da petroquímica, bem como de um movimento mais estrutural da economia.

Concomitantemente ao declínio do setor secundário, aumenta a participação do setor terciário entre a década de 1980 e 1990, resultado, em parte, da dinamização da economia nesta área, mas principalmente do crescimento do setor informal, predominante nas populações de baixa renda de Salvador, e caracterizado por uma renda incerta, irregular e precária; na constante busca pelo trabalho; na facilidade de ingresso; na ausência de crédito etc.; chegando a atingir 52% da População Economicamente Ativa (PEA).

Tabela 05: participação percentual da população ocupada por setor de atividade na RMS entre 1981 e 1990

<i>Setor de Atividade</i>	<i>1981</i>	<i>1990</i>
<i>Primário</i>	<i>1,40%</i>	<i>1,60%</i>
<i>Secundário</i>	<i>27,60%</i>	<i>21,58%</i>
<i>Terciário</i>	<i>71,00%</i>	<i>76,82%</i>
<i>Total</i>	<i>100%</i>	<i>100%</i>

Fonte: IBGE, PNAD

Com o novo surto de migrações motivado principalmente pelas secas ocorridas no período entre 79-82, "explode" a ocupação no miolo de Salvador, que passa a absorver contingentes cada vez maiores de populações de baixa renda sem uma correspondência por parte do estado em dotação de infraestrutura. Um dos resultados deste processo é o aumento do peso da população do miolo e de toda a periferia em relação ao resto da cidade, chegando a um crescimento populacional de 16% ao ano na periferia, contra 2,5% nos bairros centrais.

3.4 - A PROPRIEDADES DA TERRA, AS POLÍTICAS HABITACIONAIS E A REPRODUÇÃO DAS INVASÕES

Até meados do atual século o sistema fundiário baseado na enfiteuse foi a característica da estrutura fundiária de Salvador, marcado por poucos e grandes proprietários de terra, basicamente: a igreja, o poder público e particulares (grandes famílias).

A partir da década de 50, mas, principalmente, com a implantação da reforma urbana do município, em 1968, no qual são vendidas 2541,11 ha de terras foreiras e rendeiras a preços abaixo do mercado, o regime do enfiteuse ¹⁰ entra em estado terminal. De fato, este sistema, que foi funcional até a década de 50, aos poucos foi se tornando um entrave para a expansão do capital no espaço da cidade, na medida em que excluía a possibilidade de associação entre o grande capital e a propriedade do solo.

A alienação de terras não representou uma descentralização da propriedade da terra, ao contrário, significou, basicamente, uma transferência de posse do poder público para o privado, representante da expansão do capital na Bahia; *SIMÕES* ressalta que "...até o ano de 1975, 94% das glebas vendidas tinham menos de 5.000 m² e não representavam sequer 4% da superfície total leiloadas. No outro extremo, cinco glebas constituíam aproximadamente 67% da superfície total alienada. Apenas 30% devem ter ficado em mãos de pequenos e médios posseiros" (*SIMÕES, 1985*)

Uma das consequências é a expulsão de significativa parcela dos extratos sociais de baixa renda para a periferia da cidade, e o aumento do número de terras sem

¹⁰ O sistema da enfiteuse, trata-se, como conceitua Gordilho, de um "instrumento jurídico de parcelamento da terra, constituído no Brasil colônia, que consiste no direito real, por parte do enfiteuta, de cultivar e utilizar amplamente, em perpétuo, o imóvel alheio (domínio útil), mediante pensão sem contudo destruir-lhe a substância (domínio pleno ou de direito) que permanece com o titular" (*GORDILHO, BAHIA An & Dados, Salvador, CEI, v.3, n.2, p.104, set.93*)

ocupação na expectativa de valorização, além da perda da Prefeitura do controle no uso do solo urbano. ¹¹

As invasões que começaram a surgir no final dos anos 40 (com as do Corta-braço e Alagados), tomam um impulso extraordinário a partir da década de 80¹². Esta reprodução de ocupações clandestinas, aliás, é um fato intimamente ligado ao problema da falta de uma política habitacional para o Estado.

De fato, desde a fundação do Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1965, a política habitacional vem incorrendo numa série de equívocos, baseados na falta de prioridade em construir de moradias para a população de baixa renda, até o financiamento de edifícios de luxo, shopping centers etc.

A própria URBIS (empresa de capital misto, responsável pela política de habitação do estado) até 1986, tinha construído 43.580 unidades habitacionais, para a população situada na faixa de renda de 1 a 5 salários mínimos (s.m.), do qual apenas 6,1% abrangeram a faixa de 1 a 3 s.m., na qual concentra-se a maior parte da baixa renda (GORDILHO, 1993)

Um dos programas habitacionais que gerou maiores expectativas foi o Projeto: "Direito de Morar, Minha Casa", iniciativa tomada em 1985, pelo Governo Estadual, que pretendia implantar 250 mil unidades habitacionais, em 4 anos, para as faixas de baixa renda. O programa pretendia contemplar, com lotes urbanizados, dotados de embrião (unidade com sanitário, sala e cozinha) e com área para extensão, a faixa da população residente nas invasões e aquela potencialmente "invasora".

¹¹ De fato, a prefeitura Municipal de Salvador, não sabe, atualmente, as terras que possui. Levantamentos realizados alguns anos atrás, indicam que não disponha mais do que 130 ha de terras de domínio pleno; em 1988, outro levantamento apontava que a Prefeitura não detinha mais de 1,4% das terras de Salvador. Contribuindo para a perda do controle sobre as terras públicas por parte da Prefeitura, foi o fim do "livro do tombo", iniciado em 1563, e onde se registrava o controle dos bens e a história das cadeias sucessórias. O "livro do Tombo", juntamente com o acervo do Departamento de Administração Patrimonial da Secretaria de Administração do município, foram destruídos em incêndios criminosos, curiosamente, no final, também, da década de 60.

¹² Durante este período, algumas destas invasões conseguiram se consolidar, como foi o caso dos bairros de Pero Vaz (antiga invasão do Corta-braço), Engenho Velho de Brotas e Boca do Rio (que nascem das transferências das invasões Bico de Ferro e Ondina)

Como os demais programas, fracassou, por não receber as verbas federais que o financiassem e acabou sendo definitivamente abandonado com a saída do Governador Waldir Pires do poder estadual. Posteriormente, com a extinção do BNH, e com a Caixa Econômica Federal, não priorizando recursos para a baixa renda, a política habitacional do governo federal, para estes extratos sociais, foi praticamente abandonada.

O fracasso na implantação de unidades habitacionais situadas na faixa técnica considerada de zero a três s.m., aumentou o déficit de moradia - estimado em torno de 150.000 habitações somente em Salvador, sem levar em conta as sub-habitações - e não mitigou a impulsão das invasões nas décadas de 70 e, principalmente, na de 80. Até 1976, registrava-se uma ocorrência de três invasões por ano, a partir de 1977, este índice passa para dez ocorrências anuais, e, na década de 80 a situação se torna "explosiva"; segundo *GORDILHO (1993)*, 48,74% das ocorrências de invasões compreendidas no período entre os anos de 1946 a 1991, aconteceram na década de 80.

Dois fatores, articulados entre si, contribuem de modo decisivo para o impulso das invasões em Salvador: a especulação imobiliária, com a expulsão da população assentada em áreas valorizadas, e o custo do aluguel, que é fruto não só das elevadas taxas inflacionárias da década de 80, bem como resultado indireto do processo especulativo produzido pelo capital imobiliário.

Aliás, **o problema do aluguel**, apontado como um dos fatores motivantes na formação de invasões, **parece não se relacionar apenas a questão do seu custo, mas, principalmente, ao fato de ser uma renda paga regularmente, por inquilinos cuja grande maioria está inserida em atividades informais, e onde a irregularidade dos rendimentos é uma característica comum a todos.** Ou seja, trata-se da dificuldade, se não impossibilidade, de pagar obrigatoriamente uma

renda regularmente, por uma população cuja característica da sua estrutura ocupacional é o rendimento incerto.

Embora, seja necessário salientar que as migrações campo-cidade, também contribuíram para o aumento do contingente de pessoas inseridas na baixa renda da cidade, e conseqüentemente, na demanda por habitação; parece que a parcela mais significativa da baixa renda situada nas invasões ocorridas na última década, são pessoas oriundas de outras localidades da cidade, ou que viveram na cidade em diversos períodos, sujeitas a processos de expulsão, seja pelo custo do aluguel, pela especulação imobiliária, ou por intervenção direta do poder público, através da realocação.

A principal característica das invasões a partir da reforma urbana, será a quebra da relação entre oportunidades de trabalho e proximidade da moradia, o que acaba agravando sensivelmente a situação sócio-econômica destas populações, pois o custo da habitação não se relaciona apenas com o custo da casa, mas é adicionado ao custo do tempo e do dinheiro para deslocar-se para o trabalho (quatro conduções para a ida e a volta, na maioria das vezes), consumo etc.

Com os processos especulativos de terra, as invasões passam a se situar em locais onde existam terras disponíveis para serem ocupadas, as que resistiram acabaram obrigadas a serem removidas. Em todos os casos, a população foi assentada na periferia da cidade, em áreas de reduzido valor imobiliário.

Diversos exemplos da remoção de invasões podem ser citadas, como a primeira ocorrência da invasão de Malvinas, na Av. Paralela, em 1982, cujos moradores foram realocados para Coutos, criando a Fazenda Coutos, (sendo que em 1987 a área na Av. Paralela foi invadida de novo), ou as invasões da Rocinha, Tubo e Areal no bairro do STIEP e do Cai Duro e Baixa Fria na Pituba, onde 800 famílias foram

obrigadas a transferirem-se para o bairro do Beirú - que como Coutos, situa-se na periferia da cidade - em casas-embrião de 16 m².

É interessante observar a lucidez com que a vice-presidente da associação de moradores da localidade, Safira Ramos, vislumbra a remoção: *"A comunidade luta contra todas estas forças - poder público e capital imobiliário- porque há muitos anos descobriu o lugar, se estabeleceu e vem lutando junto aos poderes públicos por melhorias. Porém nunca conseguiu, e logo, buscou formas alternativas, organizando-se e criando mutirões. Além disso, infiltrou-se no mercado de trabalho local, atuando nas construções, empresas, residências do STIEP e Pituba, contando ainda com a praia para aumentar a renda ou dar um jeito quando está sem emprego, pois pega um isopor, um carro de mão e vende geladinho, coco, picolé, ajuda nas barracas. Não se paga transporte para ir trabalhar e as crianças também não precisam de ônibus para ir a escola. Toda essa estrutura, esse meio de sobrevivência não se desfaz da noite para o dia. É preciso uma discussão séria, que não abale o modo de vida. (...) A pressão para a transferência se deve a um único fator: o valor da área. Ao responder a uma pergunta do juiz, um engenheiro da prefeitura informou que o metro quadrado aqui vale vinte vezes mais que no Beirú. Precisa dizer mais?"* (Jornal A TARDE, 20/06/88, p.9)

Percebe-se desta forma, o comprometimento entre o capital imobiliário e o poder público, que por diversas vezes usou de violência e repressão para desalojar invasões, com objetivo de deixar áreas livres para a expansão imobiliária.

Por outro lado, as invasões praticadas pela especulação imobiliária na cidade também foram de grandes proporções, porém com objetivos bem menos humanitários do que a baixa renda. Diversas áreas, que hoje se constituem em bairros nobres, foram invadidas; tais como grande parte do Itaigara, áreas da Pituba destinadas originalmente a praças, entre outras; para se ter uma idéia do processo de invasão no Itaigara, em 1986, somente os nove maiores invasores do bairro ocupavam uma área

superior a 20.000 metros quadrados, constituindo escolas particulares (ex: Colegio Tereza de Lisieux), condomínios de luxo (ex: cond. Proycon, Primus, Pedras do Nascente etc) e até mesmo um shopping center (Shopping Itaigara).

As invasões do "colarinho branco" como ficaram conhecidas, se proliferaram graças a ineficiencia da prefeitura no controle do uso do solo, além de um esquema de corrupção envolvendo desde, alguns, funcionários da propria prefeitura até policiais militares.

Quanto a população de baixa renda, o processo de invasões em terras pública vai se acirrando ao longo dos anos, de acordo com *GORDILHO*: "...evolutivamente, percebe-se que terrenos de propriedade particular passam a ser mais resguardados ao longo do tempo; se na fase mais antiga estes correspondiam à metade das ocupações, na década de 80, o número de ocorrências em terras públicas, é praticamente cinco vezes maior que nas particulares" (*GORDILHO*, 1993, p.98)

Contudo, existem extensas áreas da cidade, cuja propriedade ainda é de grandes famílias; o caso da Av. Paralela, talvez, seja um dos mais conhecidos, que para ser construída necessitou ocupar uma faixa de 410 mil m², que a família Visco considerava de sua propriedade, em conjunto, toda uma área denominada apenas de Mussurunga, foi incluída, indevidamente, para fins de resarcimento.

Um levantamento da Prefeitura, realizado em 1988, sobre as invasões mais recentes até aquele ano, e publicado no Jornal A TARDE de 16/06/ 88, embora, atualmente defasado, fornece uma idéia das extensões de terra invadida, dos pretensos proprietários e do número de famílias assentadas:

Tabela 06 - Invasões mais recentes: localização, área, propriedade e número de famílias assentadas - 1988

<i>Invasão</i>	<i>Localização</i>	<i>Área (Km2)</i>	<i>Reclamada por</i>	<i>Famílias</i>
<i>Malvinas</i>	<i>Av. Paralela</i>	<i>1,2</i>	<i>Familia Visco</i>	<i>2.500</i>
<i>Bate Coração</i>	<i>Paripe</i>	<i>0,16</i>	<i>Prefeitura</i>	<i>1.500</i>
<i>Calabetão</i>	<i>Calabetão</i>	<i>0,035</i>	<i>Prefeitura</i>	<i>350</i>
<i>Nova Constituinte</i>	<i>Periperi</i>	<i>0,53</i>	<i>Familia Visco</i>	<i>1.500</i>
<i>Nova Republica</i>	<i>Alto Santa Cruz</i>	<i>0,012</i>	<i>Prefeitura</i>	<i>400</i>
<i>Nova Sussuarana</i>	<i>CAB</i>	<i>0,067</i>	<i>Estado</i>	<i>500</i>
<i>Celi Araças</i>	<i>Av. Suburbana</i>	<i>0,020</i>	<i>diversos</i>	<i>120</i>
<i>Boiadeiro</i>	<i>" "</i>	<i>0,028</i>	<i>Familia Visco</i>	<i>350</i>
<i>São João</i>	<i>Plataforma</i>	<i>---</i>	<i>Estado</i>	<i>60</i>
<i>Novos Alagados</i>	<i>São João e extensões</i>	<i>---</i>	<i>Hamesa</i>	<i>1400</i>
<i>Mangueira II</i>	<i>Itapajipe</i>	<i>----</i>	<i>Estado</i>	<i>400</i>
<i>Mudança</i>	<i>"</i>	<i>----</i>	<i>Estado</i>	<i>450</i>
<i>Águas Claras</i>	<i>Cajazeiras</i>	<i>---</i>	<i>Urbis</i>	<i>635</i>
<i>Vila Paraíso</i>	<i>Eng. Velho Brotas</i>	<i>---</i>	<i>Urbis</i>	<i>111</i>
<i>Yolanda Pires</i>	<i>" " "</i>	<i>----</i>	<i>Urbis</i>	<i>523</i>
<i>Pirajá</i>	<i>Pirajá</i>	<i>----</i>	<i>Familia Catarino</i>	<i>131</i>
<i>Saboeiro</i>	<i>Cabula VI</i>	<i>0,055</i>	<i>Urbis</i>	<i>120</i>
<i>Mirante</i>	<i>Bonfim</i>	<i>0,011</i>	<i>Prefeitura</i>	<i>100</i>
<i>Ernesto Simões</i>	<i>Pau Miúdo</i>	<i>----</i>	<i>Estado</i>	<i>783</i>
<i>São Cristovão</i>	<i>Aeroporto</i>	<i>0,063</i>	<i>Prefeitura</i>	<i>42</i>
<i>Vibemsa</i>	<i>São Cristovão</i>	<i>0,040</i>	<i>Prefeitura</i>	<i>579</i>

<i>Cidade Nova</i>	<i>Cidade Nova</i>	----	<i>diversos</i>	<i>80</i>
<i>Santa Monica</i>	<i>Santa Monica</i>	----	<i>Prefeitura</i>	<i>40</i>
<i>Mata Escura</i>	<i>Mata Escura</i>	---	<i>Estado</i>	<i>400</i>
<i>Castelo Branco</i>	<i>Castelo Branco</i>	---	<i>Urbis</i>	<i>150</i>
<i>3 a. Etapa</i>	<i>Castelo Branco</i>	----	<i>Urbis</i>	<i>100</i>
<i>Cajazeira</i>	<i>Cajazeira</i>	---	<i>Urbis</i>	<i>250</i>
<i>David Mendes</i>	<i>Plataforma</i>	---	<i>Prefeitura</i>	<i>150</i>
<i>Praça Periperí</i>	<i>Periperí</i>	----	<i>Prefeitura</i>	<i>20</i>
<i>Matadouro</i>	<i>Plataforma</i>	---	<i>Familia Catarino</i>	<i>150</i>

Fonte: Dados da Secretária de Terras e Habitação de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Salvador - (Jornal A TARDE - 16/06/88)

Embora, seja necessário salientar que os dados estão sub-dimensionados, mesmo ressaltando que eram as 32 invasões mais recentes na época, estes demonstram uma idéia do sistema de propriedade fundiária, onde 6 das 32 invasões registradas, quase 20%, encontram-se localizadas em terras de propriedade de grandes famílias (basicamente as famílias Visco e Catarino).

Os dados atuais estipulam um número de 500 invasões em toda a cidade, e segundo pesquisa realizada por *GORDILHO*, com uma população estimada em 591.230 habitantes morando em 118.246 habitações, o que dá uma média de 5 habitantes por moradia, dispostos em uma área de 1.473,06 ha, que representa 4,30% do total do município.

No período 70/81, segundo *GORDILHO*, as invasões se adensam e ao mesmo tempo passam a ocupar outras áreas livres seja na região do Subúrbio, seja iniciando a expansão em direção ao Miolo. A partir da década de 80, o volume de invasões passa a se concentrar, principalmente no Miolo, é o período da invasões das

Malvinas em 82 e 87 e inúmeras outras nos bairros de Cajazeiras, Pau da Lima, Castelo Branco etc, optando, na sua maior parte, em invadir áreas do poder público.

Um dos pontos importantes a ser ressaltado acerca das invasões é o aspecto da evasão dos primeiros moradores, que formaram a invasão, ao longo do tempo. Segundo entrevista da sócióloga Maria Brandão "*...a principio a invasão representa apenas uma conquista de áreas residenciais por grupos de baixa renda. Com o tempo, se estendem as redes de energia elétrica, quando se acelera o processo de sucessão dos grupos pioneiros por elementos de maior poder aquisitivo...*" (Jornal A TARDE, 13/03/88, p.5).

A evasão chegaria segundo cálculos realizados, num recadastramento da população das invasões, pela Secretária de Terras e Habitações do Município a 50%. Um exemplo fornecido é o da transferencia da invasão das Malvinas para Coutos, em 1985, onde mais de 5.000 famílias foram relocadas para casas-embriões com sistema de infraestrutura implantado; três anos depois somente a metade dos antigos moradores permaneceu, o restante vendeu as casas e mudou-se do local.

Alguns fatores podem explicar a diferença entre formalização e consolidação do equipamento urbano na invasão, no decorrer do tempo, e a permanencia da população original neste mesmo período.

Um destes fatores, consiste que a valorização da área, decorrente da melhoria da infraestrutura básica, (fruto da capacidade de pressão destas camadas), cria condições para que uma parcela desta população, em condições de pobreza crítica, vislumbre a posse da terra como um patrimônio, impossível de se obter através da sua reprodução cotidiana; e com o agravamento das condições de vida acabe por vende-lo.

Outro fator motivante deste processo pode residir na "formalização" dos serviços de infraestrutura, ou seja, na medida em que a invasão se consolida e consegue obter

do poder público a implantação dos sistemas de esgoto, água e luz, a contrapartida é o pagamento das taxas pela população (mesmo que seja a denominada "taxa mínima"), dificultando a obtenção destes serviços por meios informais, através dos chamados "gatos". O pagamento destas taxas excluiria, assim, a parcela da população ali assentada, que vive em condições de vida mais críticas ¹³.

A evasão dos primeiros moradores, nas invasões, levanta a hipótese de que o processo de reivindicações de melhorias na infraestrutura, engendra, em si, um processo de exclusão de parcela da população em estado de pobreza crítica ali situada. **Indica também, de modo mais claro, de que para uma faixa significativa deste povoamento, que vende a moradia por não conseguir se reproduzir materialmente, não há mobilidade social,** ou seja, a consolidação de uma invasão não é, necessariamente, um indicador de melhoria das condições de vida, pelo menos no que tange a uma parcela da população originária.

Um outro aspecto importante de ser comentado é a adaptação da invasão ao novo ambiente onde se implanta, trata-se de um processo que, como argumenta BUNCHAFT/SANTANA, "(...) implica na inserção em um contexto, onde as estruturas sociais e as condições de reprodução já estão estabelecidas. Mais do que isso, sua formação representa um ponto de ruptura em experiências de vida, que refletem um outro tipo de formação histórica, vinculadas ao antigo local de moradia, e que se reproduzem num espaço recém ocupado (...) Ou seja as invasões modificam a forma de interação existente, a nível social e econômico, na oferta e uso de serviços básicos, além de modificar e criar novas linhas de comunicação entre os bairros. O desdobramento destas práticas sociais no Miolo Norte, altera a espacialidade da região e cria novas formas de comunicação, vinculadas com a

¹³ Uma situação surgida na invasão Malvinas, em 1987, reforça esta hipótese: o secretário das Minas e Energia do governo estadual ao determinar a instalação de postes para o fornecimento do sistema elétrico da invasão, com a intenção de acabar com as ligações clandestinas, esbarrou na predisposição dos moradores em não pagar pela energia que viessem a consumir. Seguido informou ao Jornal A TARDE, o vice-presidente, da associação local, embora a comunidade desejasse a instalação do sistema, esta só pagaria se a conta não fosse muito cara.

necessidade das invasões interagirem com a cidade "formalizada". Porém, as invasões também absorvem aspectos que são inerentes a cidade formal, que se evidenciam através da legalização da terra e do uso dos serviços básicos."
(BUNCHAFT / SANTANA, 1992, p.14)

4 O MIOLO NORTE E SUA CONFIGURAÇÃO URBANA

4.1- ASPECTOS INTRODUTORIOS

Através dos estudos efetuados na região do Miolo Norte, podemos perceber que as diversas situações a nível sócio-económico, não se baseiam tanto nas diferenças entre bairros que compõem a região, mas principalmente naquelas (diferenças) verificadas a nível de cada tipo de assentamento existente no interior de cada um destes, ou seja, os bairros não são uma unidade homogênea, por si só, mutuamente comparáveis; ao contrário estes são heterogêneos, se levarmos em conta variáveis como o nível de renda, ocupação, dotação de infraestrutura etc.

De fato, uma das características desta região, é que a conceituação de bairro, com limites físicos definidos e uma cultura incorporada, não tem uma correspondência com a realidade, onde as invasões cumpriram o papel de ocupar os limites entre os bairros (encostas e baixadas) e transformar o Miolo Norte numa grande mancha urbana.

Neste sentido, a categoria de análise principal, utilizada, é o tipo de assentamento. Contudo, ressalta-se que mesmo assim existem diferenças ao interno de cada tipo de assentamento, (por ex: ao interno das invasões, aquelas que são consolidadas em relação as recentes), por isso em determinadas questões, como emprego e renda, a análise foi mais desagregada.

4.2 - ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA

A região de estudo situa-se, entre a BR-324 e Av. Paralela, na parte norte do que se convencionou denominar "Miolo" de Salvador, correspondendo a região administrativa 13 do município, e contando com uma área de 23,86 Km², onde se distribuem onze bairros (Pau da Lima, Sete de Abril, Castelo Branco, Vila Canária, Dom Avelar, Jardim Nova Esperança, Novo Marotinho, Nova Brasília, São Marcos, Cana Brava e Jaguaripe II), com uma população de 148.605 habitantes (IBGE, 1991).

O primeiro impulso de ocupação dessa área, data do início dos anos 40, com a construção da Av. Aliomar Baleeiro que ligava a cidade ao Aeroporto ¹⁴ (trata-se da conhecida Estrada Velha do Aeroporto). Isolada do núcleo da cidade, a ocupação dessa região, caracterizada basicamente por sítios, chacáras, e alguns loteamentos, até os anos 60 não teve dimensões significativas, passando por um longo período de estagnação.

Foi a partir dos fatores dinamizadores da urbanização de Salvador, ocorridos no fim dos anos 60, analisados no capítulo precedente, é que o miolo como um todo se torna o principal vetor de expansão da população de baixa renda, com a maior concentração da pobreza extrema da cidade.

¹⁴ Com a necessidade de implantação de um aeroporto, no período da segunda guerra mundial, a estrada foi construída, sob o critério de ser localizada numa região de difícil visibilidade, no caso de bombardeios, este seria um dos motivos de ter sido construída nessa parte da cidade e não ao longo da orla marítima.

Tabela 07: População e taxas de crescimento do Miolo Norte e de Salvador nas décadas de 1970, 80, 91

<i>População e Taxa de Cresc.</i>	<i>Salvador</i>	<i>Miolo Norte</i>
<i>População 1970</i>	<i>1. 006. 398</i>	<i>21. 881</i>
<i>Tx. de Cres. 70/80</i>	<i>48,79%</i>	<i>177,91%</i>
<i>População 1980</i>	<i>1. 497. 440</i>	<i>77. 857</i>
<i>Tx. de Cresc. 80/90</i>	<i>38,58%</i>	<i>90,87%</i>
<i>População 1991</i>	<i>2. 075.187</i>	<i>148. 605</i>

Fonte: IBGE - Censo 70, 80, 91

Supõe-se que as taxas de crescimento no período 70/80, refletem, principalmente, o incremento de população representado: pela implantação dos conjuntos habitacionais aliado ao povoamento dos loteamentos. A taxa de crescimento que corresponde ao período 80/90, deve responder, fundamentalmente pela população das invasões -é, de fato, o período do grande fluxo- e em menor parte, dos loteamentos; no caso dos conjuntos habitacionais, poucos são os construídos a partir de 80.

A intensa pressão de povoamento que a região vem sendo submetida, atualmente, principalmente no que se refere as invasões, não foi correspondido pela dotação de infraestrutura por parte do Estado e nem por uma oferta de postos de trabalho capaz de absorver, de modo significativo, este contingente demográfico .

O resultado do processo de ocupação é a constante pressão por espaço físico a ser ocupado (basicamente áreas do estado), resultando numa organização espacial

desordenada e bastante complexa, onde ressaltam-se quatro tipos principais de assentamentos: (a) *conjuntos habitacionais*, que contam com uma razoável infraestrutura básica, de cunho popular; (b) *casas geminadas* construídas de forma bastante precária para desabrigados das chuvas, ou para realocação de outras invasões; (c) *loteamentos*, onde o tamanho de cada lote varia de acordo com o poder aquisitivo de cada comprador; e (d) *as invasões*, o assentamento que mais vem se expandindo nos últimos anos.

Estes assentamentos distribuem-se, de modo diverso, nas cumeadas baixadas e encostas dos morros, sendo que as áreas de cumeada são ocupadas pelos extratos em melhores condições de vida, e as encostas e baixadas pela população em situação pior, como pode ser observado na tabela 07.

Tabela 08: Tipos de assentamento e localização topográfica

<i>Assentamento</i>	<i>Topografia</i>
<i>Conjuntos Habitacionais (a)</i>	<i>Cumeada</i>
<i>Casas Geminadas (b)</i>	<i>Cumeada</i>
<i>Loteamentos (c)</i>	<i>Cumeada, Encosta</i>
<i>Invasões (d)</i>	<i>Encostas, Baixadas</i>

Fonte: AISPO/DSPL

Enquanto que nos assentamentos (a) e (b) a localização foi planejada, no caso dos loteamentos o processo de ocupação é espontâneo, as variáveis tempo e propriedade da terra compõem os principais fatores que justificam a disposição das moradias nas cumeadas ou baixadas: os que tem maior poder aquisitivo compram as terras nas melhores áreas (as cumeadas), a medida em que se "desce" as encostas, o custo da terra vai diminuindo, possibilitando o acesso aos extratos sociais com menos recursos¹⁵. Além disso, a variável tempo também influi nesta disposição, na medida

¹⁵ *Enquanto que os outros assentamentos detem uma razoável homogeneidade no que tange as condições de vida, no caso dos loteamentos existem situações bastante diferentes. De um modo geral podem ser divididos em duas faixas: a) os que se situam nas áreas de cumeada, com melhor dotação de infraestrutura e b) aqueles situados nas áreas de encosta, com uma pior situação de infraestrutura.*

em que as pessoas vão ocupando áreas melhores ou piores de acordo com a rapidez no fluxo de ocupação (considerando um mesmo nível de renda).

No que se refere a população, esta se distribui da seguinte forma nos assentamentos:

Tabela 09: Tipos de assentamento e distribuição demográfica

<i>Assentamento</i>	<i>População</i>	
	<i>Valores Absolutos</i>	<i>Valores Percentuais</i>
<i>Conjuntos Habitacionais (a)</i>	<i>39.053 hab</i>	<i>26,23%</i>
<i>Casas geminadas (b)</i>	<i>6.163 hab</i>	<i>4,19%</i>
<i>Loteamentos (c)</i>	<i>63.345 hab</i>	<i>42,63%</i>
<i>Invasões (d)</i>	<i>40.044 hab</i>	<i>26,95%</i>
<i>Total</i>	<i>148.605 hab</i>	<i>100%</i>

Fonte: IBGE/Desagregação AISPO

Algumas observações devem ser efetuadas: a) salienta-se que parcela significativa dos loteamentos, correspondem a invasões já consolidadas, ou remoções de invasões de outras áreas ¹⁶; b) praticamente nenhum conjunto, de tipo popular, foi construído nos últimos anos, o que leva a uma tendência de estabilização demográfica deste assentamento; c) as invasões são o tipo de assentamento que mais vem se expandindo nos últimos anos e, como podemos observar, sua população, em basicamente dez anos, já ultrapassou a dos conjuntos.

Área Urbana e Área Rural-Urbana

O Miolo Norte pode ser dividido em duas áreas principais, a primeira de características mais "urbanas", compreendendo os bairros de Pau da Lima, Castelo Branco, São Marcos, Dom Avelar, Vila Canária e Sete de Abril; e a segunda com características "rural-urbana", abarcando os bairros de Novo Marotinho, Jardim

¹⁶ O caso da formação do bairro de Novo Marotinho é um exemplo. Trata-se de uma realocação da antiga invasão do Marotinho, onde o poder público forneceu o lote e o material, e a população construiu as casas.

Nova Esperança, Nova Brasília, Canabrava, Jaguaripe II e áreas isoladas compostas de chácaras e sítios.

A área "urbana" é a mais densamente povoada, abrangendo 125.004 habitantes, ou seja, 84,12% (IBGE/ *Desagregação AISPO*) da população total do Miolo Norte, é onde se encontram os conjuntos habitacionais, parte considerável dos loteamentos e a maior parte das invasões, e onde situa-se o maior centro comercial da região, no bairro de Pau da Lima, indutor da concentração de atividades informais.

No que se refere a área "rural-urbano" a concentração populacional, ainda é reduzida ¹⁷, contando com 23.601 hab. ou 15,88% da população (IBGE/*Desagregação AISPO*), é nesta área que se concentram os assentamentos de casas geminadas e parte dos loteamentos, cuja parcela significativa foram formados pela realocação de antigas invasões. A área é carente de locais de consumo e, por conseguinte, dependente, do bairro de Pau da Lima. A presença na área rural-urbana do aterro sanitário de Canabrava, é responsável por inúmeros problemas ambientais, afetando o miolo norte como um todo, mas, por outro lado, parece absorver uma demanda significativa de atividades informais (como catadores de lixo, ou prestando serviços informais indiretos ao aterro).

¹⁷ Embora seja para essa direção que o fluxo de invasões esteja se dirigindo

Tabela 10: Distribuição da população do Miolo Norte por bairros e áreas (urbana e rural-urbana)

Bairros	População
<i>Pau da Lima</i>	<i>56.915</i>
<i>São Marcos</i>	<i>15.144</i>
<i>Castelo Branco</i>	<i>24.911</i>
<i>Dom Avelar</i>	<i>8.859</i>
<i>Vila Canária</i>	<i>4.863</i>
<i>Sete de Abril</i>	<i>14.212</i>
Total Área "Urbana"	125.004
<i>Novo Marotinho</i>	<i>2.566</i>
<i>Jardim Nova Esperança</i>	<i>8.051</i>
<i>Nova Brasília</i>	<i>4.975</i>
<i>Canabrava</i>	<i>4.737</i>
<i>Jaguaripe II</i>	<i>3.272</i>
Total Área "Rural-Urbana"	23.601
Total Miolo Norte	148.605

Fonte: IBGE

Os bairros de Pau da Lima e Castelo Branco são os mais populosos, o primeiro em virtude da concentração de quase todos os conjuntos habitacionais do miolo norte e o segundo devido ao grande fluxo de invasões situado em suas encostas e baixadas e que se estendem para os bairros adjacentes de Sete de Abril, Vila Canária, São Marcos e Pau da Lima. Esta pressão por ocupação, imposta pelas invasões, gradualmente aumenta a densidade do povoamento, e faz desaparecer os limites entre os bairros, situados, principalmente nas áreas comuns de baixada. Uma das consequências é a criação de vias de acesso "informais", inter-bairros, diminuindo, consideravelmente, a distância entre estes.

Distribuição dos serviços de infraestrutura

A distribuição dos sistemas de infraestrutura na região é precária, sendo um reflexo das desigualdades sociais.

De um modo geral, o acesso aos serviços básicos distribui-se, em sua quase totalidade, na cumeada dos morros, (mesmo que de forma precária), ou seja, na medida em que se "penetra" nas encostas e baixadas a oferta de serviços de infraestrutura tende a diminuir. Isto se deve não só a uma inexistência da ação dos poderes públicos na dotação destes (serviços), mas também devido a dificuldades técnicas - que encarecem o custo final - decorrentes de um tipo de ocupação, que em sua grande parte não teve qualquer planejamento em sua distribuição espacial.

O serviço de eletricidade, por exemplo, é consumido de modo formal apenas pelos conjuntos habitacionais, casas geminadas e parte dos loteamentos, o restante da população usa a ligação clandestina, os chamados "gatos".

No que se refere ao sistema de esgotamento sanitário, a instalação da rede beneficia em torno de 50.000 habitantes, ou seja, cerca de 35%, da população da região (AISPO/DSPL). O serviço abrange a menor parte dos loteamentos ¹⁸ e a totalidade dos conjuntos habitacionais, cuja rede, funciona, geralmente, através de um desaguadouro central que lança o esgoto para as encostas e baixadas, atingindo os assentamentos situados nestas áreas e, sendo um dos principais responsáveis pela poluição dos mananciais.

O sistema de fossas é o mais utilizado, principalmente nos loteamentos e em parte das invasões, sendo usado por cerca de 60.000 habitantes, 40% da população.

¹⁸ *Depende do bairro em que se localiza o loteamento, e mesmo assim, apenas para as habitações que se situam nas ruas principais e secundárias. Além disso, a rede instalada, apresenta-se com sérios problemas de manutenção (entupimento, quebra de manilhas etc)*

Destaca-se, porém, que nem sempre contam com a qualidade técnica necessária para a sua construção, existindo muitas dessas que são apenas buracos cavados no solo.

É significativo também o índice da população sem qualquer tipo de esgotamento sanitário, cerca de 35.000 habitantes, cerca de 25% da população, correndo a céu aberto e jogado em direção aos rios; trata-se de fato comum nas invasões, principalmente aquelas recentes ou em fase de consolidação, parte dos loteamentos e nas casas geminadas.

No que tange aos serviço de distribuição de água os problemas são diversos, variando desde a irregularidade na distribuição (a média é de dois em dois dias), até problemas de potabilidade e da falta de um reservatorio. Contudo, cerca de 90% da população é beneficiada, embora, a maior parte dos assentamentos de baixa renda, localizados, principalmente, nas encostas e baixadas da região, utiliza o serviço de forma clandestina ¹⁹, gerando, entre outras consequencias, a sobrecarga na sua utilização, que já é problemática em toda a região, e conflitos, em sua utilização, com os moradores dos bairros historicamente estabelecidos. Neste sentido, observa-se como é difundido a informalidade, no ambito, também, da reprodução material ²⁰; tratam-se de estratégias de sobrevivencia da população de baixa renda, que tende a modificar o meio em que vive, no sentido de satisfazer necessidades que a organização formal da sociedade não consegue atender.

Quanto aos aspectos do sistema de drenagem, este reume-se, praticamente, aos conjuntos habitacionais. Os assentamentos localizados nas áreas de encosta e baixada são os mais afetados, sendo que a situação se torna mais grave, pelo fato de não contarem com o sistema de coleta de lixo, devido a dificuldade de acesso, que é lançado em direção as baixadas. Este problema torna-se mais grave, se levarmos em

¹⁹ Por se tratarem de "gatos" a irregularidade, aumenta nas invasões, o que estimula a utilização, também, de poços.

²⁰ Os estudos acerca da economia informal, tem a tendencia de analisa-la apenas pela ótica da ocupação, deixando de lado, os aspectos do consumo informal, presente, basicamente, nos paises periféricos, De fato, a propria invasão é um ação informal para obter um bem de consumo (a moradia).

conta, que cerca de 44% da população moram nas encostas e baixadas dos morros, (vide tabela 10):

Tabela 11: Local de moradia (cumeada ou encostas/baixadas) e população assentada

<i>Local</i>	<i>População</i>	
	<i>Valore Absoluto</i>	<i>Valor Percentual</i>
<i>Cumeada</i>	<i>83.013</i>	<i>44,14%</i>
<i>Encostas/Baixadas</i>	<i>65.592</i>	<i>55,86%</i>
<i>Total</i>	<i>148.605</i>	<i>100%</i>

Fonte: IBGE/ Desagregação AISPO

Os impactos ambientais nestas áreas, sem o sistema de drenagem, pioram com as chuvas. De fato, as águas pluviais, juntamente com as servidas e, em conjunto com o lixo, passam a provocar um processo de assoramento nos mananciais, que tem como consequência a elevação do nível das águas de suas bacias (provocando enchentes), a destruição dos leitos dos rios, e a transformação destes correços, em águas estagnadas, de esgoto a céu aberto, criando um ambiente insalubre, propício a doenças endêmicas. Nas invasões, além disso, com a queima da cobertura vegetal, estimulam-se os processos de erosão e agrava-se uma tendência já existente do sítio da cidade, cujo o tipo de relevo, solo e clima facilitam os processos de desmoronamento de terras.

Segundo a CODESAL das 16 administrações regionais, a região objeto de nosso estudo é a 4ª maior incidência de casos de desabamento, ou ameaça, casos de deslizamentos, ou ameaça. Foram registradas na região 23 casos de desabamento, 51 casos de ameaça de desabamentos, 172 casos de deslizamentos de terra e 72 casos de ameaça de deslizamentos no ano de 1994.

Desagregando estes casos para os bairros que compõem a região, verificamos a seguinte disposição:

Tabela 12: Ocorrências ou ameaças por bairros do Miolo Norte

<i>Bairros</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>Subtotal</i>	<i>Percentual</i>
<i>Canabrava</i>	4	21	7	2	34	10,03%
<i>Castelo Branco</i>	0	2	40	5	47	13,86%
<i>Dom Avelar</i>	0	1	7	4	12	3,54%
<i>Jardim Nova Esperança</i>	7	5	9	4	25	7,37%
<i>Novo Marotinho</i>	1	1	10	1	13	3,83%
<i>Nova Brasília</i>	0	0	7	4	11	3,24%
<i>São Marcos</i>	17	27	61	30	135	39,82%
<i>Sete de Abril</i>	0	5	11	3	19	5,60%
<i>Pau da Lima</i>	1	2	26	10	39	11,50%
<i>Vila Canaria</i>	0	0	2	2	4	1,18%
Subtotal	30	64	180	65	339	100%
Percentual	8,85	18,88	53,10	19,17	100%	

Fonte: CODESAL- 94

Obs1: o bairro de Jaguaribe II não apresentou ocorrências ou ameaças

Obs2: A = Desabamento, B = Ameaça de Desabamento, C = Deslizamento e D = Ameaça de Deslizamento

Alguns impactos ambientais podem ser citados como a poluição da bacia hidrográfica, a degradação da terra enquanto possível meio de sobrevivência (dificultando a auto-produção), o surgimento de uma vasta gama de doenças infecciosas etc.

Serviços de Educação e Saúde

No que tange ao serviço de educação existem 37 escolas públicas e/ou comunitárias e 56 escolas particulares (*"Rede escolar pública, particular e conveniada - 94"/ Secretaria de Educação do Estado*), distribuídas da seguinte forma:

Tabela 13: Distribuição da rede escolar pública (estadual e municipal) e/ou conveniada e particular, segundo os bairros do Miolo Norte

<i>Bairros</i>	<i>Públicas e/ou conveniadas</i>	<i>Particulares</i>
<i>Pau da Lima</i>	<i>13</i>	<i>20</i>
<i>São Marcos</i>	<i>1</i>	<i>4</i>
<i>Castelo Branco</i>	<i>7</i>	<i>10</i>
<i>Vila Canária</i>	<i>4</i>	<i>4</i>
<i>Dom Avelar</i>	<i>0</i>	<i>5</i>
<i>Sete de Abril</i>	<i>6</i>	<i>6</i>
<i>Nova Brasília</i>	<i>2</i>	<i>2</i>
<i>Jardim Nova Esperança</i>	<i>0</i>	<i>5</i>
<i>Canabrava</i>	<i>2</i>	<i>0</i>
<i>Novo Marotinho</i>	<i>1</i>	<i>0</i>
<i>Jaguaribe II</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
Total	36	56

Fonte: Secretária de Educação do Estado

Observa-se de acordo com os resultados das tabelas que os bairros de Pau da Lima e Castelo Branco são os que obtêm os maiores índices na presença de escolas públicas e/ou conveniadas, e particulares. O percentual de escolas públicas presentes em Pau da Lima é de cerca 36% do total da região, e a cifra das particulares, situa-se em torno de 35% do total; no caso do bairro de Castelo Branco, o percentual das escolas públicas presentes no bairro é de 20% do total, sendo que no caso das particulares o índice encontra-se em torno de 18% do total da região.

Estes índices no caso das escola públicas podem ser explicados pelo fato destes dois bairros serem os de maior contingente demográfico da região. Por outro lado, no que tange as escolas particulares, o resultado parece ser motivado pelo fato de que é nestes dois bairros que se concentram a maior parte dos conjuntos habitacionais, assentamento cuja população tem um maior poder aquisitivo.

De um modo geral, cabe salientar que a oferta é reduzida para a demanda existente, sendo o analfabetismo disseminado em toda a região, com especial ênfase

as áreas de invasões: Os problemas do serviço refletem a situação geral da educação no país, ou seja a sólita questão das barreiras impostas ao acesso das camadas mais marginalizadas, concretizando-se na falta de vagas, na necessidade das crianças trabalharem para complementar a renda familiar e serem reduzidos os cursos noturnos etc.

No que se refere ao serviço de saúde, os bairros fazem parte do Distrito Sanitário de Pau da Lima (DSPL), contando com oito centros de saúde públicos, hum filantrópico-conveniado (Mansão do Caminho), e hum hospital de referencia (Hospital São Rafael) - ("*Relação das unidades credenciadas da rede pública e privada - 94%*"/Secretaria de Saude do Estado da Bahia). A rede dos centros de saúde encontra-se disposta do seguinte modo:

Tabela 14: Distribuição da rede de saúde pública

<i>Bairros</i>	<i>Rede de Saúde Pública</i>
<i>Pau da Lima</i>	<i>2</i>
<i>Castelo Branco</i>	<i>2</i>
<i>São Marcos</i>	<i>0</i>
<i>Sete de Abril</i>	<i>1</i>
<i>Dom Avelar</i>	<i>1</i>
<i>Vila Canária</i>	<i>0</i>
<i>Canabrava</i>	<i>1</i>
<i>Novo Marotinho</i>	<i>1</i>
<i>Nova Brasília</i>	<i>1</i>
<i>Jardim Nova Esperança</i>	<i>0</i>
<i>Jaguaripe II</i>	<i>0</i>

Fonte: Secretária de Saúde do Estado Da Bahia

Obs1: Soma-se, ainda, o Hospital de referencia do DSPL, Hosp. São Rafael

No que tange as principais doenças estas se caracterizam por fazerem parte do quadro das denominadas "doenças da pobreza", ou seja, reflexo direto das condições de vida da população; destacam-se a parasitose intestinal, diarreia, escabiose, pneumonia etc. Como sempre, os centros de saúde atendem mais aos aspectos

curativos do que preventivos, pois não existe o hábito da população em dirigir-se aos postos, seja devido a falta de tempo, seja pelas clássicas dinâmicas de exclusão, motivadas por fatores como: o do acesso físico, filas longas, falta dos profissionais etc.

Trabalho e Renda

Os aspectos da ocupação e da renda diferenciam-se entre os tipos de assentamento identificados. No que tange aos conjuntos habitacionais, o trabalho é quase totalmente formal. A maioria trabalha como: funcionários públicos, taxistas, trabalhadores do pólo petroquímico ou na iniciativa privada de um modo geral, percebendo uma renda acima de 5 salários mínimos (AISPO/DSPL)

No que se refere aos loteamentos, a informalidade se acentua, embora o trabalho formal ainda seja predominante; a renda situa-se na faixa de 3 a 5 salários mínimos (AISPO/DSPL). A maioria dos trabalhos encontrados são os de motorista de ônibus, polícias militares etc.

Quanto as invasões a informalidade é disseminada, mas em conjunto com a formalidade. Ou seja, existem membros da família que exercem uma atividade principal de cunho formal e, também, atividades secundárias informais. A renda varia de acordo com o tipo de invasões, nas recentes a situação as vezes é de quase indigência (entre 0 e 2 s.m), mas nas consolidadas a situação de renda encontra-se na faixa de 2 a 3 s.m. (AISPO/DSPL).

Em realidade, analisar, na região, a variável renda, só obtem significado quando vinculado a família como um todo, na medida em que a análise centrada apenas no chefe-de-família oculta a interpretação dos circuitos de relação da esfera familiar, que são fundamentais na reprodução da família.

Nas invasões, principalmente, é essencial distinguir as diferenças entre o conjunto das relações familiares, e daquela parte a que se traduz na geração de renda. Neste sentido, trocas não capitalistas se inserem no objetivo de complementação da renda familiar.

Nesta mesma perspectiva, o trabalho na região, principalmente para as invasões e loteamentos, deve ser interpretado não somente no relativo a atividade principal dos membros da família, mas também nas demais atividades secundárias, sejam as que geram ou não renda, mas que são essenciais na sustentação da família.

Observa-se assim que existem atividades informais exercidas por trabalhadores assalariados, assim como algum outro membro da família pode ter uma atividade principal de caráter informal; ou seja, a tipologia do trabalho, a nível familiar, é múltipla e, na maioria dos casos, a formalidade convive com a informalidade no mesmo ciclo doméstico.

De fato, percebe-se que em uma pesquisa realizada, no ano de 1991, num loteamento e em duas invasões da região, uma recente e outra consolidada, nos bairros, respectivamente, de Sete de Abril e Castelo Branco (para as invasões) ²¹, da renda total familiar, um percentual considerável é oriunda de atividades informais, porém sem exclusão das formais:

²¹ *No bairro de Sete de Abril, o Loteamento Sete de Abril, e no bairro de Castelo Branco, a invasão recente de Direito de Morar e a consolidada denominada Dom Lucas*

Tabela 15: Tipo de Assentamento X Percentual da renda informal na renda total da família

Percentual	Tipos de Assentamento		
	Loteamento	Invasão recente	Invasão Consolidada
0 %	33,67%	10,25%	27,5%
1% a 30%	21,93%	15,36%	22,5%
31% a 50%	7,65%	15,33%	17,5%
51% a 70%	8,67%	8,1%	2,5%
71% a 99%	3,75%	10,20%	2,5%
100%	16,83%	30,76%	27,5%
Sem Resposta	7,5%	10,0%	0%
Total	100%	100%	100%

Fonte: Pesquisa Informalidade e Saúde - AISPO, 1991

Os resultados sugerem que existe um continuum entre atividades genuinamente informais até atividades exclusivamente formais. Por outro lado se acrescentarmos as atividades não geradoras de renda, com cunho, informal, percebemos que as famílias com atividades exclusivamente formais, no caso das invasões, seriam extremamente reduzidas²².

As atividades não-geradoras de renda, se referem aos circuitos internos, no núcleo familiar, e deste com o restante da invasão, que ocorrem no sentido de resolver determinados problemas, vinculados, principalmente, a infraestrutura básica do assentamento. É neste sentido que se realizam as ligações clandestinas do abastecimento de água, de luz, os canais de drenagem, e outras atividades

²² Evidentemente, por não se tratar de amostra estatisticamente representativas, estes resultados, e os que se sucedem, relativos a Pesquisa Informalidade e Saúde, são apenas indicativos, embora confirmame outros estudos realizados na região. Procurou-se ao fazer esta pesquisa, escolher assentamentos que fossem uma representação dos loteamentos, das invasões consolidadas e recentes presentes na área.

eminentemente coletivas que só podem obter sucesso mediante a ajuda mútua dos moradores.

Dando continuidade a análise do trabalho na região, uma outra questão importante é o local onde as atividades são exercidas. Segundo a análise realizada, a região do miolo norte não tem polos expressivos de captação de mão-de-obra (talvez, apenas, o comércio de Pau da Lima), ao que parece a maior parte da população trabalha fora do Miolo Norte, em outras áreas da cidade. Esta hipótese é reforçada com outro resultado da pesquisa *Informalidade e Saúde* realizada na região:

Tabela 16: Tipo de Assentamento X Local de Trabalho chefe-de-família

Assentamento	Local de Trabalho					S.R.	Total
	1	2	3	4	5		
Loteamento	22,98%	51,03%	5,62%	1,03%	0,52%	18,82%	100%
Inv. Recente	7,71%	69,20%	2,57%	0%	0%	20,52%	100%
Inv. Consol.	47,5%	42,5%	7,5%	0%	0%	2,5%	100%

Fonte: Pesquisa Informalidade e Saúde - AISPO, 1991

1 = Miolo Norte; 2 = Salvador; 3 = RMS; 4 = Interior do estado; 5 = Fora do Estado; S.R. = Sem Resposta

Observa-se que enquanto que na invasão consolidada, praticamente 70% dos moradores trabalham fora do miolo norte, em Salvador; na invasão mais consolidada, existe um índice significativo de pessoas trabalhando na região. Uma das explicações pode ser aquela de que os moradores das invasões recentes, ainda estão vinculados ao lugar de trabalho próximo da antiga moradia, com o passar do tempo, e no caso de permanecerem na mesma invasão, estes começam a se ambientar na região e procurar desenvolver atividades na própria área. De qualquer modo, mesmo na invasão consolidada, o índice de trabalhadores fora da região é mais significativo (cerca de 50%).

O fato da maior parte das pessoas trabalhar fora do Miolo Norte, reforça a análise levantada no capítulo precedente de que o grande contingente dos moradores das invasões não se dirigiu para esta região por fatores de atração, como a possibilidade de oportunidades de trabalho, mas ao contrário por fatores de expulsão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extratificação social do espaço urbano na cidade de Salvador, se traduz num cinturão entre a cidade com infraestrutura e aquela excluída e marginalizada. Invasões consolidadas e que se transformaram em bairros, localizados em áreas valorizadas, ao longo da orla ou no eixo da Av. Antonio Carlos Magalhães (como a de Saramandaia), hoje dificilmente conseguiriam lograr sucesso em sua permanência, na sua maior parte, a baixa renda, passou a se concentrar na periferia da cidade: nas regiões do Subúrbio Ferroviário²³ e Miolo, este último com, ainda, vastas áreas desocupadas.

Os aspectos levantados nos capítulos precedentes tentaram demonstrar que a configuração atual do Miolo foi fruto de um período em que se dá o aumento da participação do capital na expansão urbana de Salvador e a retração do Estado (poder estadual e municipal) no planejamento urbano e na intervenção dirigida a baixa renda.

Por um lado, esta retração está vinculada a aspectos mais amplos da crise fiscal que atingiu o Estado no final da década de 70, mas é agravada, no caso específico de Salvador, pela crise financeira da prefeitura, frente a uma demanda por serviços sociais cada vez maior, sem a correspondência pelo pagamento destes, resultando numa receita tributária que dificulta até a capacidade de endividamento necessária para atender ao volume de obras públicas que a infraestrutura da cidade necessita.

O problema se torna mais grave, quando analisa-se as distorções institucionais geradas pela formação de outros municípios da região metropolitana, alguns de

²³ Ressalta-se que com o programa de despoluição da Baía de Todos os Santos, já vem sendo sinalizado um interesse do capital imobiliário na orla marítima da região do Subúrbio Ferroviário. As consequências serão aquelas já conhecidas, a expulsão dos setores de baixa renda, caso a prefeitura e a sociedade civil não se antecipem a esta questão.

caráter totalmente artificial, que impõe a cidade a necessidade de despender receitas na instalação de infraestrutura e serviços, para atender a uma população cujo trabalho, fora da divisa da cidade, é fruto de um desenvolvimento industrial que Salvador não se beneficia, no que tange a contrapartida fiscal ²⁴. De fato, trata-se de um desenvolvimento baseado na concepção de pólos de crescimento e concentração de vantagens locacionais, que ao que tudo indica encontra-se em fase de esgotamento, com sérias dificuldades em reproduzir-se no aumento de emprego de outros setores, como a construção civil, e com diminuição constante do seu próprio número de postos de trabalho, segundo PEDRÃO de uns 50.000 em 1985, para uns 15.000 atualmente²⁵.

Mas questões como o da sub-ocupação, da repartição de renda cada vez mais desigual, do progressivo impacto ambiental do povoamento de baixa renda, e da falta de mobilidade social para um contingente cada vez maior de pessoas em estado de pobreza crítica, estão diante de uma perspectiva de dificuldades crescentes, com possibilidades cada vez mais reduzidas de financiar aspectos essenciais da pauta urbana da cidade, como habitação e saneamento básico.

Por outro lado, começam a se tornar mais significativas, as mudanças nos aspectos reivindicatorios das organizações comunitárias, ou seja, as associações de bairro começam a ter uma atitude mais propositiva e menos passiva diante de seus problemas. No fundo é a percepção de que a população de baixa renda foi sempre objeto de políticas e não sujeito destas.

A análise desta crise, não pode isentar-se, também, de contextualizar a cidade como resultado maior de processos que se desenvolvem na Bahia como um todo, e

²⁴ De fato, o ICM gerado na atividade industrial é recolhido apenas para os municípios sede destas atividades, o que levou Salvador a ser denominada de "Cidade Dormitório". Um estudo promovido pela antiga Companhia Estadual de Desenvolvimento Urbano (CEDUR), em 1978, aponta como uma das propostas para corrigir estas distorções, a formação de uma "caixa única" para os investimentos em infraestrutura em toda a RMS.

²⁵ PEDRÃO, Fernando: "Formação Histórica e perspectivas do ambiente social em Salvador" - Prefeitura Municipal de Salvador - UFBA

que tem seu ponto culminante em Salvador. Portanto, trata-se de entender que os problemas da cidade atingiram uma determinada escala, que somente podem ser interpretados numa perspectiva regional.

Aspectos como a) o da articulação dos sistemas de infraestrutura da cidade com a região (como por ex: o fornecimento de água), b) do emprego no setor secundário fora da cidade (inserido no contexto dos polos de crescimento) e c) da reprodução da crise dos municípios do reconcavo em Salvador, entre outros, traz elementos importantes para se decifrar o quadro urbano da cidade, evitando linhas de análises que tendem a considerá-la como uma unidade, homogênea, e isolada de outras cidades que fazem parte do mesmo contexto regional.

É necessário salientar, também, a especificidade com que a análise econômica aborda a questão urbana, procurando atuar de forma setorializada, com uma perspectiva, baseada, principalmente, no financiamento da infraestrutura, na localização da produção e seus efeitos na ocupação. A análise acerca da pobreza e de sua estruturação social e espacial através de aspectos como, por exemplo, o: a) da exclusão das camadas sociais de baixa renda no acesso a serviços públicos; b) das estratégias de sobrevivência da baixa renda; c) dos impactos do povoamento no ambiente da cidade; são abordagens geralmente realizadas apenas no "campo" teórico da sociologia ou urbanismo, o que reflete uma perspectiva departamentalizada da questão urbana pela economia.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AISPO, "Resultados da Pesquisa Informalidade e Saude", BAHIA, 1991
- AISPO/DSPL, "População por assentamentos, bairros, tipo de infraestrutura, topografia ", BAHIA, 1991
- BUNCHAFT, Antonio & SANTANA, Rogerio: "A reprodução das invasões na transformação do Miolo Norte de Salvador" - SEMINÁRIO SOBRE: Problemas de Salvador e sua Região de Influência, Salvador, FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS UFBA, Mimeo, 1992
- FRANCO, Angela: "Aspectos do Processo de Metropolização na Bahia", BAHIA, An&Dados, Questão Urbana Salvador, CEI, v3, n2, p79-86, set. 1993
- GORDILHO, Angela: "Novas Formas de Habitar, Velhas Estruturas" , , BAHIA, An&Dados, Questão Urbana Salvador, CEI, v3, n2, p94-105, set. 1993
- MARTINE, George: "Processos Recentes de Concentração e Desconcentração Urbana no Brasil: Determinantes e Implicações", BAHIA An&Dados, Questão Urbana, Salvador, CEI, v3, n2, p.22-38, set. 1993.
- NECOCHEA, Andres e UNIKEL Luis: "Desarrollo Urbano y Regional en América Latina" - Fondo de Cultura Económica - México, 1975.

PEDRÃO, Fernando: "Uma introdução a pobreza das nações" - Ed. Vozes,
BAHIA 1991.

----- "Urbanização, Informalidade e Saúde em Salvador" -
BAHIA, A.I.S.P.O. , 1990.

SANTOS, Milton: "A Cidade nos Países Subdesenvolvidos" - Ed. Civilização
Brasileira, 1965

SIMÕES, Maria: "Invasões: agentes de produção da cidade do Salvador",
BAHIA, CEAS, 1985

BAHIA, Secretária de Educação, "Rede Escolar pública, particular e
conveniada - 94"

BAHIA, Secretária de Saude, "Relação das unidades credenciadas da rede
pública e privada - 94"

Periódicos

JORNAL A TARDE - 13/03/88 - "Salvador, cidade invadida", pg.3

----- - 16/06/88 - "As novas invasões de Salvador", pg.5

----- - 20/06/88 - Seção: "Carta do Leitor" , Safira Ramos,
"O problema da remoção", pg.4